



Projeto da LDO para 2017 é aprovado por comissões

Com os votos contrários dos deputados de oposição, insatisfeitos por não terem nenhuma emenda acolhida, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 foi aprovado, ontem, em sessão conjunta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa da Bahia. Agora, o projeto encaminhado pelo governo do estado será votado, em primeiro turno, no plenário da Casa.

A LDO estabelece as regras orientadoras para elaboração do orçamento do estado no exercício de 2017. A legislação trata também da política de recursos humanos do Estado e estabelece os limites para as despesas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, além do Ministério Público e da Defensoria Pública. Contempla ainda as transferências aos municípios e a destinação de recursos públicos e entidades privadas.

No total, os deputados apresentaram 15 emendas à LDO, mas nenhuma delas foi acatada pelo relator do projeto, o deputado Zé Raimundo (PT). Isso provocou os protestos do líder da bancada de oposição na Assembleia, o deputado Sandro Régis (DEM). "Esta Casa não pode ser

uma mera carimbadora dos projetos encaminhados pelo Executivo", afirmou Régis, reclamando que nem as emendas apresentadas pelos deputados governistas, a exemplo de Fabíola Mansur (PSB), foram acolhidas pelo relator.

Ao elaborar as diretrizes orçamentárias para 2017, o governo baiano projetou um cenário de continuidade da crise econômica e política no país. Segundo mensagem encaminhada pelo governador Rui Costa, reproduzida no parecer do deputado Zé Raimundo, "a análise da conjuntura macroeconômica atual e as perspectivas futuras para a economia mundial, brasileira e baiana demonstram que o atual cenário de crise econômica e de incertezas no campo político deve ser mais expressivo no decorrer de 2016, com possibilidades de ajustes e de redirecionamento na política econômica".

Nesse sentido, acrescentou o governador na mensagem, "espera-se que a busca para um bom funcionamento da economia continue alicerçada em fundamentos importantes, tais como equilíbrio fiscal, disciplina nos gastos, cumprimento de metas, aumento dos investimentos e medidas para o desenvolvimento do país, garantindo assim a continuidade dos



Joseildo Ramos preside a Comissão de Constituição e Justiça

avanços na área social".

O governo espera para 2017, segundo o projeto da LDO, uma receita total (e despesa de igual valor) da ordem de R\$ 42,6 bilhões. Ainda segundo a mensagem governamental, "espera-se que os investimentos públicos no programa de mobilidade urbana e de infraestrutura e logística possam impulsionar o crescimento da economia baiana nos próximos anos, embora o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) tenha reduzido o volume de investimentos previs-

tos para este ano".

Entre as emendas apresentadas e que foram rejeitadas está a da bancada de oposição que autoriza o Poder Executivo a aplicar um percentual mínimo de 7% da receita corrente líquida nas despesas com manutenção e desenvolvimento das universidades. Outra não foi acatada foi emenda que prevê a realização de audiências públicas na elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária, também apresentada pelos deputados de oposição

Protetora de animais recebe homenagem hoje

Assembleia Legislativa concede hoje, a partir das 10h, o Título de Cidadã Baiana à paulista protetora dos animais Luisa Mell, através de proposição apresentada pelo deputado Marcell Moraes (PV). Formada em Direito pela Universidade Mackenzie, "Luisa Mell utiliza seu conhecimento para combater causas injustas e que podem ser mudadas ou ganhar conscientização", disse Marcell.

De acordo com o parlamentar, a luta da homenageada ganhou destaque, em 2002, quando começou a carreira na TV, mostrando para todo o Brasil a situação degradante de muitos pets. O programa - projeto do pai de Luisa - denunciava os maus tratos aos animais. A partir de então, ela virou uma das ativistas mais conhecidas do Brasil. "A relação de minha família com os animais começou em uma feira de adoção, em São Bernardo. Pegamos uma vira-lata muito doente, que está conosco até hoje! Virou amor pra vida toda", diz Luisa.

O deputado salienta a obstinação de Luisa Mell, lembrado o caso



Marcell sugeriu Título de Cidadã Baiana para Luisa Mell

das empresas que utilizam apenas materiais não-ecológicos ou realizam testes em animais onde ela parou de comprar bolsas, sapatos e até utilizar cremes ou maquiagens que foram feitos através do abuso animal. A postura, vista como radical por muitos, é apenas uma resposta a sua proximidade com causas.

Cadeia Produtiva do Charuto é tema de sessão

A Assembleia Legislativa realiza hoje, a partir das 14h, uma sessão especial em homenagem à Cadeia Produtiva do Charuto, proposta pelo deputado estadual Eduardo Salles (PP). "Nossa intenção é valorizar o charuto do Recôncavo e lembrar da sua importância na economia baiana", diz o parlamentar.

O evento é organizado em parceria com o Sinditabaco (Sindicato das Indústrias do Tabaco da Bahia), que estima que o estado produza 15 milhões de unidades de charuto por ano. "O tabaco é o principal segmento do Recôncavo baiano, gerando 14 mil empregos diretos e indiretos, além de ser o maior empregador de mulheres da região", conta o diretor do Sinditabaco, Marcos Augusto Souza.

Cerca de 30% da produção é exportada para países da América do Sul e Europa. Por ano, a produção de charutos movimentará R\$ 90 milhões na Bahia. A sessão especial contará com a presença de representantes e funcioná-



Evento que ocorrerá a partir das 14h foi idealizado por Eduardo Salles

rios de empresas e exportadoras do setor, autoridades e do vice-presidente da Fieb (Federação das Indústrias da Bahia), Carlos Gantois. Durante o evento, o deputado Eduardo Salles prestará homenagem a uma charuteira, um agricultor, um armazeneiro e um fabricante de charuto.

Pablo Barrozo quer beneficiar desempregados

O deputado Pablo Barrozo (DEM) apresentou projeto de lei que dispõe sobre o fornecimento de água aos consumidores desempregados. “O projeto visa impedir o corte sumário do fornecimento de água aos trabalhadores desempregados com contas em atraso, assegurando-lhes a suspensão, por um prazo de até 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses a critério da Embasa”, justificou o parlamentar.

Se aprovada, esta lei se aplica aos trabalhadores que recebem até três salários mínimos na data da demissão. O beneficiário deverá comprovar, mensalmente, junto a Embasa, a sua situação de desempregado, através da Carteira de Trabalho. Os consumidores ainda ficarão isentos do pagamento de juros e multas por atraso. Mas caso seja comprovada fraude documental, as contas suspensas serão cobradas imediatamente, em parcela única.



Democrata luta para impedir que pessoas que estiverem sem emprego tenham fornecimento de água interrompido

Proponente do projeto, o deputado Pablo Barrozo entende que os desempregados encontram-se em situação financeira especial e fragilizada. O deputado aponta que o Executivo concede anistias, incentivos fiscais e liberações de verbas para algumas empresas, e que não pode ignorar os problemas financeiros dos trabalhadores desempregados.

“Tendo em vista que hoje, no Brasil, uma parcela significativa da população não possui carteira assinada, incluímos no artigo 2º a necessidade de que a comprovação do desemprego seja efetuada não só pela carteira de trabalho, mas também pelo recebimento, mês a mês, do seguro-desemprego”, explicou o parlamentar.

Hildécio Meireles parabeniza município de Aratuípe

Na data maior para Aratuípe, pois o município comemora hoje, dia 9, a sua emancipação política e administrativa, o deputado Hildécio Meireles (PMDB) iniciou sua moção de congratulações homenageando e se solidarizando com os habitantes desta estimada cidade, através do ex-prefeito Antônio Miranda da Silva Júnior, conhecido como Sinho, dos vereadores Laércio Cardoso Borges, Julival Zózimo Araújo, Hamilton Lemos Viana, Edson Souza Silva, conhecido como Edinho, bem como os demais vereadores, desejando ao seu povo progresso e desenvolvimento socioeconômico.

Aratuípe, que festeja seu 125º aniversário de emancipação política, localiza-se na Baía de Todos os Santos, limitando-se com os municípios de Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Nazaré, Laje, Jaguaripe e o Oceano Atlântico. A localidade tem sua origem com os Índios Aimorés e Tupinambás, os quais habitavam a região, porém o povoamento do seu território ocorreu no século XVI, com a vinda de Paulo Argolo de Menezes, que era portador de carta sesmaria concedida pela coroa portuguesa. Ele fundou o aldeamento “Santo Antônio” para ca-



Peemedebista fez questão de se congratular com os moradores da localidade

tequizar os índios da região.

Ainda segundo dados históricos, disse o parlamentar, em 2 de junho de 1840, criou-se o distrito “Santana de Aratuípe”, através da Lei Provincial nº. 132. Posteriormente, o distrito eleva-se à condição de Vila, sob a denominação, apenas de Aratuípe. Após desmembrar-se dos municípios de Nazaré e Santo Antônio de Jesus, a Vila de Aratuípe emancipou-se criando o “município de Aratuípe”.

Hoje, com uma população de 9.104 habitantes, o município possui uma área de 181.140km²

e distância da capital baiana, 220 km, por via rodoviária e 78 km, por via ferry-boat. Economicamente o município é conhecido pela fabricação expressiva de artesanatos, produzidos, principalmente, no distrito de Maragogipinho, considerado berço da cerâmica baiana, com peças tradicionais de barro, além de talhas, porrões, maringas, louças diversas e objetos de decoração feitos manualmente e assados no forno. A confecção dessas peças são de influências indígenas e portuguesas, concluiu Hildécio Meireles.



Parlamentar aplaudiu ação do Poder Executivo

Alan Castro saúda chegada de fábrica chinesa na Bahia

Diante das notícias de implantação da fábrica de motos do grupo chinês China Yasuna Group, a primeira em território brasileiro, o deputado Alan Castro apresentou, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, moção de aplauso ao Governo da Bahia.

Na proposição, o parlamentar destaca que, “diante da crise que o Brasil enfrenta, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico tornam-se desafios ainda maiores. Segundo dados do IBGE, divulgados em 31 de maio passado, o desemprego atinge cerca de 11,4 milhões de pessoas em nosso País, e é o maior desde 2012, quando a pesquisa foi iniciada”.

Neste cenário, a instalação da fábrica no município de Una, cujas obras devem começar no próximo mês de julho, torna-se ainda mais digna de comemorações. Com um investimento da ordem de R\$ 62 milhões, o empreendimento deve gerar, inicialmente, cerca de 300 empregos diretos e outros 150 indiretos.

Resultado da missão do Governo do Estado na China, em março passado, a fábrica tem conclusão prevista para 12 meses e, uma vez que esteja funcionando, pelo menos 100 concessionárias devem ser instaladas em diversos municípios do estado, ampliando a capacidade de geração de empregos e renda.

A empresa, que há mais de 30 anos opera no ramo de fabricação e exportação de peças automotivas para motocicletas e ciclomotores, é detentora de 20% do mercado chinês e assumiu também o compromisso de garantir capacitação profissional, o que virá beneficiar diversos trabalhadores baianos.

Parlamentares se reúnem com representantes da indústria

Integrantes da Frente Parlamentar da Indústria da Assembleia Legislativa da Bahia se reuniram ontem, no salão nobre da Casa com representantes de diversos segmentos da indústria baianas, bem como de outros setores produtivos do estado. O secretário da Fazenda Manuel Vitorio também se fez presente. O encontro foi articulado pelo líder do governo, deputado Zé Neto (PT), a partir de ação de sua correligionária Maria del Carmen. Os parlamentares acataram a solicitação dos empresários para que não fosse votado na sessão vespertina requerimento para tramitação em regime de urgência, o que possibilitaria a votação definitiva já na próxima terça-feira.

A pauta dessa reunião prevê uma ampla discussão do projeto de lei que o governador Rui Costa encaminhou ao Legislativo ontem, revendo incentivos fiscais para alguns segmentos. Outras reuniões deverão ocorrer em busca de um ponto de equilíbrio entre as necessidades do governo e as possibilidades do empresariado. O líder governista lembrou o impacto da crise econômica nas contas públicas nacionais – e a Bahia não está imune desse efeito deletério da crise econômica, apesar de ter ainda posição destacada em relação a outras unidades da federação que não estão conseguindo pagar a folha salarial.

O presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, também defendeu a abertura de um canal de negociação com as forças produtivas, alertando para a ampliação do fosso que separa as receitas das despesas, ao tempo que acredita que alguns dos incentivos concedidos nos últimos anos já cumpriram com seu papel de objetivo incentivo. Lembrou a postura republicana do governador Rui Costa, que trata abertamente



Integrantes da Frente Parlamentar e outras lideranças decidiram que proposta governamental será analisada sem pressa

das contas estaduais, mas frisou o tamanho da crise enfrentada pelo Brasil e pela Bahia – que não amainou e parece em processo de aprofundamento com o recrudescimento dos índices inflacionários.

Tal argumento que não sensibilizou o líder oposicionista Sandro Régis (DEM) que não acredita ser esse o melhor momento para a ampliação da carga tributária, pois entende que o cancelamento de incentivos resultará na prática em mais aumento nos impostos pagos pelo empresariado que serão repassados para os preços, gerando inflação e deprimindo ainda mais o ambiente econômico. Mas ele considerou positivo a abertura para o diálogo e vai estudar detalhadamente o projeto de lei (e seus efeitos), bem como outros integrantes de sua bancada. “Não seremos favoráveis ao projeto sem que haja um amplo debate com todo o segmento produtivo, a fim de que sejam avaliados a pertinência e os seus efeitos para a economia baiana”, afirmou.

Os empresários mostraram preocupação com a matéria e deixaram claro que, se aprovado, vai impactar drasticamente sobre o setor industrial e comercial. Entre as exigências do projeto, a mais crucial segundo eles, é a que estabelece a comprovação do depósito em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo fiscal. Lembraram que os incentivos foram criados justamente para tornar o setor produtivo da Bahia mais competitivo e que as empresas não terão condições de cumprir as amargas exigências do projeto para manter os benefícios fiscais.

A retirada do pedido de urgência foi festejada pelos empresários, pois haverá mais tempo para essa discussão que terá elevado impacto na economia da Bahia. Também solicitaram aos parlamentares que não aprovem o projeto antes de outros estados do Nordeste para que a Bahia não perca competitividade, pleito

que “tem lógica” na avaliação da deputada Maria del Carmen, que faz parte do colegiado. Quanto a este pleito, o deputado Zé Neto afirmou que a Bahia não será “o primeiro nem o último estado da federação” a aplicar o desconto que é uma resolução do Conselho Nacional de Política Fazendária. “Temos que lembrar que tanto no campo como nos centros urbanos é forte a crise econômica. Precisamos fazer a lição de casa e tomar medidas como essa, porque é uma questão de vida ou morte do ponto de vista fiscal”, reforçou.

Participaram do encontro o secretário da Fazenda Manoel Vitorio, os deputados estaduais Leur Lomanto Jr. (PMDB), Sandro Régis (DEM), José de Arimateia (PRB), Rosemberg Pinto (PT), Maria del Carmem (PT), Zé Raimundo (PT), Hildécio Meireles (PMDB), Fábio Souto (DEM), Pablo Barrozo (DEM), Sidelvan Nóbrega (PRB), Carlos Geilson (PSDB), Bira Corôa (PT), Luciano Ribeiro (DEM) e Alex Lima (PTN).

Governo propõe regras para isenção de ICMS

O Governo do Estado com esse projeto que ganhou o número 21.914/2016 pretende criar regras para concessão e manutenção de isenção ou redução do pagamento do ICMS. Para isso está propondo critérios e obrigações em projeto de lei encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa em caráter de urgência. “Busca-se, com a presente proposta, instituir condições para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros relacionados ao ICMS, que envolvem a adoção de práticas de trabalho decente e observância da legislação que trata das cotas para pessoas com deficiência e jovens aprendizes, bem como a realização de depósito em favor do Fundo

Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza”, esclarece a mensagem que encaminhou a matéria.

A partir da aprovação, o benefício só será mantido e/ou concedido às empresas que, obrigatoriamente, adotem “práticas de trabalho decente e observância da legislação que trata das cotas para pessoas com deficiência e jovens aprendizes, na hipótese do contribuinte ser empregador”, e que comprovem “depósito em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza”. Estas obrigações se aplicam, “inclusive, em relação aos benefícios e incentivos fiscais ou financeiros cuja fruição esteja em curso”.

A adoção de práticas de trabalho

a que se refere o projeto, “envolve o cumprimento de normas que tratam do combate à discriminação de raça, gênero, orientação sexual e religiosa, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo”. Segundo o governador Rui Costa, na mensagem, “a prática de trabalho decente e a criação de receita destinada ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza objetivam promover a inclusão social, superando o viés assistencialista, bem como potencializar o desenvolvimento econômico, garantindo a promoção de ações para melhoria da saúde, da educação e redução da pobreza e da desigualdade social, sem trazer desequilíbrio sério às finanças públicas do Estado”.

Simões é eleito por unanimidade para Desenvolvimento Regional

O deputado Luciano Simões Filho (PMDB) é o novo presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Regional. A eleição foi ontem pela manhã, em sessão ordinária, para definir o substituto do deputado Herzem Gusmão, que retornou a condição de suplente, devido à volta do colega Bruno Reis, que vinha exercendo o cargo de secretário municipal.

Luciano Simões Filho foi eleito por unanimidade, permanecendo como vice-presidente Rosemberg Pinto, que comandou inclusive a eleição no cargo. Participaram da votação os deputados Antônio Henrique Júnior (PP), Pedro Tavares (PMDB) e Luiz Augusto (PP). O novo presidente foi empossado imediatamente agradecendo a confiança



Peemedebista vai substituir Herzem Gusmão no comando do colegiado

dos colegas e parabenizando especialmente os ex-presidentes da comissão, Alex da Piatã e Herzem Gusmão, ambos do PMDB.

“Espero dar sequência ao grande trabalho e ao brilhantismo das gestões de Alex da Piatã e Herzem Gusmão. Na próxima reu-

nião definiremos as audiências públicas já aprovadas, tanto no âmbito da comissão quanto aquelas que serão itinerantes. Temos também como objetivo trabalhar e encontrar meios para que os municípios das regiões mais pobres, possam ter um melhor desenvolvimento como felizmente acontece na capital e outras regiões. Parte do Oeste, Norte/Nordeste, enfim, principalmente o semiárido. Estou muito feliz com a minha escolha e a responsabilidade aumenta por ser essa um dos colegiados mais atuantes e ser eleito por unanimidade”, disse o jovem presidente Luciano Simões Filho.

A comissão continuará reunindo-se, às quartas-feiras, às 10h.

Bancada do PP tem audiência com secretário

Uma audiência para apresentação do organograma de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), com o secretário Jerônimo Rodrigues e sua equipe de trabalho, atendendo a uma reivindicação dos deputados que integram a bancada do PP, liderados pelo parlamentar Luiz Augusto, ocorreu na manhã de ontem, no plenarinho da Assembleia Legislativa.

A exposição dos técnicos foi bastante minuciosa sobre os projetos que estão a disposição do pequeno e médio produtor, principalmente o setor da agricultura familiar, que hoje agrega mais de 267 mil produtores. Os deputados fizeram muitas perguntas e demonstraram a necessidade de um entendimento maior com os órgãos da SDR, pois a procura das associações de produtores rurais é muito grande, pelas informações dos

benefícios concedidos pelo Governo do Estado. Todos os programas existentes foram bem detalhados pelos técnicos em especial as questões do seguro da safra, distribuição de sementes e o Pro-água além do Pró semiárido e o Bahia produtiva.

“Foi muito bom esse encontro porque combinamos uma agenda mais afinada. Pretendemos que os grupos que atuam no setor assim como as cooperativas e associações encontrem mais facilidades no encaminhamento das solicitações. A SDR demonstrou um grande interesse em atender os produtores rurais e estaremos sempre em contato com seus técnicos, até mesmo através dos nossos assessores credenciados, para que os contatos sejam intensos”, destacou o líder do PP, na Assembleia, deputado Luiz Augusto.



Jerônimo Rodrigues falou sobre as ações governamentais

José de Arimateia apresenta novo site

Já está no ar o novo site do deputado estadual José de Arimateia (PRB). A plataforma foi lançada na tarde de ontem, 8 de junho, no plenarinho da Assembleia Legislativa e contou com palestras sobre tecnologia, informação e segurança no ambiente virtual. A transmissão ao vivo pela página do parlamentar no Facebook deu o tom de interatividade ao evento, com a participação de internautas de diversos lugares do mundo.

Para Arimateia, aliar as possibilidades trazidas pela tecnologia é uma estratégia para dar transparência ao mandato parlamentar e levá-lo cada vez mais próximo do povo baiano. “Existem demandas dos municípios, reclamações, solicitações à Assembleia Legislativa e isso vai chegar mais facilmente até nós através dessa nova ferramenta. Vamos interagir diretamente com a população, pois nós, parlamentares, temos que estar acessíveis a cada cidadão”, explicou o deputado.

Uma das principais mudanças trazidas, de acordo

com o programador e responsável pela criação do novo site, Sandro Santos, é a arquitetura da informação, que vai priorizar o acesso fácil ao conteúdo. “Ele foi reestruturado pensando em ser mais facilmente encontrado em sites de pesquisa, com o objetivo de estar entre os primeiros resultados para uma busca com palavras-chave relacionadas à atuação do deputado”, esclareceu.

O site também estará responsivo, o que significa que pode se adaptar a diferentes tipos de telas, como smartphones, computadores, notebooks e tablets. Segundo Sandro, a nova plataforma possuirá widgets, que são pequenas janelas por onde o internauta pode acessar tudo que é postado nas redes sociais do deputado. “O intuito é que o novo site se torne uma fonte de conteúdo, seja para quem procura informações sobre Arimateia, acessando diretamente o site, ou quem está meramente buscando um tema na internet”, salientou.



Colegiado debate ampliação de política em defesa das mulheres

A Comissão de Direitos da Mulher, que se reúne todas as quartas-feiras na Casa Legislativa, pautou na sessão de ontem a elaboração de encaminhamentos relacionados à ampliação e qualidade de políticas de assistência à mulher.

Dentre as deliberações pautadas, o colegiado pontuou a Indicação nº 20.944/2015, de autoria da presidente da comissão, deputada Fabíola Mansur (PSB), sobre a criação de um fundo estadual para o enfrentamento da violência contra a mulher, que tem como intuito de proporcionar maior assistência às mulheres em situação de violência. A proposta ainda seguirá os trâmites previstos no Regimento Interno da Casa. Porém, levando em consideração a relevância da matéria, o colegiado avalia a possibilidade de buscar, junto aos demais pares, apoio para aprovação.

Segundo a presidente da comissão, "a disponibilização de tal recurso pode auxiliar na qualificação de profissionais para o atendimento de mulheres vítimas de qualquer tipo de violência", além de ampliar este atendimento fazendo com que ele chegue a inúmeras regiões do Estado. Para Neusa Cadore (PT), a criação do fundo possibilita a realização de mais ações em prol do combate e enfrentamento da violência.

A criação de uma Companhia



Trabalhos foram comandados pela deputada socialista Fabíola Mansur, presidente da comissão

Independente de Policiamento Especializado de Proteção à Mulher, também foi uma temática amplamente debatida pelas parlamentares que compõem a Comissão. A proposta foi apresentada pela capitã Denice Santiago da Polícia Militar da Bahia, comandante da Ronda Maria da Penha, que existe a um ano e vem realizando um trabalho preventivo através de conversas com as famílias e com mulheres que são vítimas de violência doméstica, com intuito de evitar que haja continuidade dos casos.

A proposta de criação da Companhia Independente prevê ações que vão desde um centro espe-

cializado de atendimento até a elaboração de um contingente policial específico. De acordo com a capitã Denice, "a companhia vem para solidificar o trabalho desenvolvido pela polícia na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher". Ainda segundo ela, essa iniciativa deve ser inserida nas principais regiões do Estado, para que a orientação e acolhimento chegue a todas as baianas.

Outro assunto que dominou as discussões foi o processo de cassação do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que tramita na Câmara dos Deputados. As deputadas Fabíola Mansur, Neusa Cadore, Maria del Car-

men, Fátima Nunes e Luiza Maia aprovaram a elaboração de uma carta a ser enviada à deputada federal Tia Eron (PRB/BA), relatando a espera de uma postura frente ao processo, condizente com sua trajetória política no estado contra corrupção e o desrespeito à mulher.

Além da presença da capitã Denice Santiago, a comissão recebeu Renusia Santos, representante da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), que veio ao estado para tratar da Campanha Quem Ama Abraça – Fazendo Escola tendo como tema central o fim da desigualdade entre meninos e meninas as escolas.

Comissão da Fiol e Porto Sul destaca homenagem ao professor Vasco Neto

A Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e Porto Sul reverenciará a memória do Engenheiro Civil e professor Vasco Azevedo Neto, no próximo dia 16, com a entrega "post mortem" da Comenda 2 de Julho aos seus familiares. A cerimônia também saúda o centenário de nascimento do professor, ocorrido no dia 25 de fevereiro.

Durante a sessão de ontem da comissão, presidente do colegiado e proponente da sessão especial, deputada Ivana Bastos, destacou que a homenagem tem como objetivo reconhecer o trabalho do idealizador da Fiol. "O maior legado de Vasco Neto começou a se concretizar com a construção da

ferrovia. Não se pode negar a relação estreita entre o traçado da Fiol e o trabalho do engenheiro que propôs a ligação Atlântico – Pacífico por via ferroviária, ainda em 1950. Nada mais justo do que esse colegiado prestar uma linda homenagem, com a mais alta condecoração do Poder Legislativo, para a memória desse visionário", destacou Ivana Bastos.

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, em 1916, o engenheiro e professor Vasco Azevedo Neto adotou a Bahia como palco de lutas e trabalho. Formado em engenharia civil pela Universidade Federal da Bahia, Vasco fundou o Departamento de Transporte



Proposta foi apresentada pela deputada Ivana Bastos

na Escola Politécnica, quando esta já se integrava a universidade, e em 1967 foi diretor da mesma. O engenheiro ingressou no mundo da política em 1970. Atuou como deputado federal até

1990, com quatro mandatos consecutivos. Em 1998 se candidatou à presidência da república pelo Partido da Solidariedade Nacional (PSN). O engenheiro faleceu em 2010, aos 94 anos.

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Marcelo Nilo

1º Vice-Presidente

Deputado Adolfo Menezes

2º Vice-Presidente

Deputado Tom Araújo

3º Vice-Presidente

Deputado Carlos Geilson

4º Vice-Presidente

Deputado Pastor Sargento Isidório

1º Secretário

Deputado Leur Lomanto Júnior

2º Secretário

Deputado Aderbal Caldas

3º Secretário

Deputado Fabrício Falcão

4º Secretário

Deputado Sidelvan Nóbrega

Procurador Parlamentar

Deputado Adolfo Viana

Corregedor Parlamentar

Deputado Nelson Leal

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE CONSTANTE.....	6
NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES.....	6
Pareceres das Comissões.....	6

SAF - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

FORNECIMENTO/AQUISIÇÃO.....	10
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	10

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH.....	10
ADICIONAIS DE TEMPO DE SERVIÇO.....	12

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE CONSTANTE

57ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 08 de junho de 2016.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 02, 16 e 23/05/2016.

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

PARECER

Das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.873/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e dá outras providências".

Encaminha, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o projeto de lei que ora venho relatar perante as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, estabelecendo as regras orientadoras da elaboração do Orçamento para o exercício de 2017 - LDO-2017, a qual, juntamente com o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, compõem o modelo de orçamento instituído pela Constituição Federal do Brasil, reproduzido, por sua vez, na Carta Estadual.

A proposição foi enviada à Assembleia observando o prazo estabelecido na Constituição Estadual, em conformidade ao seu art. 160, § 6º, inciso II, e, em consonância com as disposições constitucionais e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que disciplinam a matéria, "dispõe sobre as diretrizes, orientações e critérios para a elaboração e execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, e de Investimentos das empresas sob controle do Estado, para o exercício de 2017", versando, ainda, "sobre a Política de Recursos Humanos e as despesas com pessoal e encargos sociais do Estado, as alterações da legislação tributária e da Política de Aplicação de Recursos da agência financeira oficial de fomento, fortalecendo a transparência dos processos de alocação e aplicação dos recursos públicos no referido exercício financeiro", conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

O projeto dispõe também sobre os limites globais para as despesas dos Poderes do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública,



as prioridades e regras para a alocação dos recursos, limitação de empenho e movimentação financeira, e contempla as disposições sobre as transferências voluntárias aos municípios e a destinação de recursos públicos a entidades privadas.

Integram ainda a proposição “o Anexo referente às Prioridades de Governo, cujas ações em 2017 terão prevalência na alocação de recursos, o Anexo de Metas Fiscais - que abrange receitas, despesas, resultados primário e nominal, nível de endividamento e evolução do patrimônio líquido, além de outros parâmetros fiscais - bem como o Anexo de Riscos Fiscais, que presta informações sobre eventos capazes de afetar as contas públicas do Estado”, citando mais uma vez a Mensagem Governamental, na qual ainda ressalta o Sr. Governador que, em 2015, “o recrudescimento fiscal do país e o cenário internacional adverso impuseram à economia brasileira uma série de desafios. Importantes setores da economia como serviços, construção civil e indústria apresentaram forte desaceleração, afetando o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o nível de renda, o consumo das famílias e os investimentos. Somados a estes fatores, o aumento da inflação, a desvalorização do Real, a queda nos preços das commodities e a lenta recuperação dos principais parceiros comerciais externos, com destaque aos sinais de desaceleração da economia chinesa, complementaram o cenário de dificuldades econômicas.”

Nesse contexto de dificuldades, o PIB brasileiro registrou resultado negativo de 3,8% em 2015. O único setor que apresentou crescimento foi, mais uma vez, o da agropecuária. E para 2016, considerada essa conjuntura política de incertezas e desconfianças dos mercados nacional e internacional, a perspectiva é que a economia brasileira continuará em processo de retração, dada a continuidade de resultados insatisfatórios de indicadores econômicos observados em 2015 e nos primeiros meses de 2016, “ainda no que pese as iniciativas do Governo Federal com a adoção de medidas para a promoção do ajuste fiscal”, já que “os fatores políticos têm interferido na retomada do crescimento da economia. O recuo da economia brasileira provavelmente será mais profundo que o previsto anteriormente, com reflexo na queda do nível de investimentos públicos e privados. Assim, existe a possibilidade que a recessão da economia avance para o primeiro trimestre do próximo ano. Deste modo, a estimativa do PIB para 2017 é de 0,5%”, citando mais uma vez a Mensagem do Sr. Governador.

Com relação à economia baiana, em 2015 tivemos uma retração de 3,2% do PIB estadual, estimando a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) uma retração de 1,8% para a economia no ano de 2016, resultado que reflete “principalmente a continuidade das dificuldades enfrentadas pelo setor industrial baiano ao longo do ano de 2015, o que registrou queda de 7,0%, agravado pelo nível de concentração nos setores de refino de petróleo, produtos químicos e veículos, os quais sinalizam reduzidas perspectivas de investimentos para os próximos anos.”

O comércio varejista apresentou um recuo de 8,1% em 2015 na Bahia, reflexo principalmente da queda do rendimento médio real das famílias, consequência, por sua vez, da retração do mercado de trabalho, com a redução na criação de vagas formais de emprego. Já o setor agropecuário “mantém a expectativa de um bom desempenho para a safra de 2016, beneficiado pelo clima favorável, pelos avanços tecnológicos, pela demanda crescente por alimentos e pela expectativa de preços mais competitivos no mercado externo.”

No comércio exterior, a Bahia acumulou um déficit de US\$404 milhões na balança comercial em 2015, principalmente em decorrência da queda nos preços das commodities, verificando-se ainda, no que tange às importações, uma redução nas compras de matérias primas e bens de capital, devido à queda no nível de atividade e o encarecimento do preço dos produtos, em razão da desvalorização cambial. Já para 2017 há uma expectativa de crescimento em torno de 1,6%, já que, conforme cita a Mensagem Governamental, “espera-se que os investimentos públicos no programa de mobilidade urbana e de infraestrutura e logística possam impulsionar o crescimento da economia baiana nos próximos anos, embora o PAC tenha reduzido o volume de investimentos previsto

para este ano.”

“A análise da conjuntura macroeconômica atual e as perspectivas futuras para a economia mundial, brasileira e baiana”, diz o Sr. Governador em sua Mensagem, “demonstram que o atual cenário de crise econômica e de incertezas no campo político deve ser mais expressivo no decorrer de 2016, com possibilidades de ajustes e de redirecionamento na política econômica. Nesse sentido, espera-se que a busca para um bom funcionamento da economia continue alicerçada em fundamentos importantes, tais como equilíbrio fiscal, disciplina nos gastos, cumprimento de metas, aumento dos investimentos e medidas para o desenvolvimento do país, garantindo, assim, a continuidade dos avanços na área social.

Neste contexto, as metas para os indicadores fiscais do Estado foram estabelecidas de modo a evidenciar o compromisso do Governo com a sustentabilidade da dívida e com os princípios de responsabilidade fiscal no gasto dos recursos públicos, aspectos estes que poderão ser averiguados no Anexo de Metas Fiscais deste Projeto de Lei,” ressaltando, mais uma vez, Sua Excelência, que no planejamento orçamentário para 2017 “deve-se levar em consideração a gestão estratégica dos programas do PPA 2016-2019, a continuidade das ações implementadas e uma conjuntura de dificuldades relativas às receitas e à necessidade de redução de despesas de custeio e de captação de novas operações de crédito e convênios federais.”

Na estruturação da proposta da LDO-2017 foram estabelecidas as metas fiscais e prioridades da Administração Pública Estadual, a estruturação e organização dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações, as disposições referentes às transferências voluntárias aos Municípios e ao setor privado, à política e à despesa de pessoal do Estado, às alterações na legislação tributária e medidas para incremento de receita e à política de aplicação de recursos da agência financeira estadual de fomento.

Cabe menção especial às regras fixadas nos arts. 13 a 15 da proposta da LDO para elaboração dos orçamentos:

No Orçamento Fiscal estarão incluídos, dentre outros, os recursos destinados:

I - à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, destacando as dotações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB, nos termos da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que o instituiu;

II - ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001;

III - à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, conforme o estabelecido na Lei Estadual nº 7.888, de 27 de agosto de 2001;

IV - ao Fundo de Cultura da Bahia - FCBA, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 9.431, de 11 de fevereiro de 2005;

V - ao Fundo Estadual de Logística de Transportes - FELT, conforme o estabelecido na Lei nº 13.207, de 22 de dezembro de 2014.

O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os recursos e dotações destinadas aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive seus fundos, para atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e destacará a alocação dos recursos necessários:

I - à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional Federal nº 29, de

13 de setembro de 2000;

II - ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, que serão consignadas ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV e ao Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - BAPREV, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 7.249, de 7 de janeiro de 1998, e na Lei Estadual nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, respectivamente, com suas alterações posteriores;

III - à prestação de assistência médica aos servidores públicos, que serão consignados ao Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - FUNSERV, instituído no art. 13 da Lei Estadual nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, com suas alterações posteriores.

O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Estadual, seja por participação acionária ou através de pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços. Neste orçamento estarão detalhados, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza das despesas nos quais serão aplicados os recursos.

Espera-se, para 2017, segundo o Projeto LDO, uma Receita total - e Despesa de igual valor - da ordem de R\$ 42,6 bilhões em valor corrente (valor atualizado), ou de R\$ 41,5 bilhões, considerado o valor constante (valor corrente expurgado dos índices de inflação estimados) estabelecendo, a proposição, em seu art. 30, que "Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades, para elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias de 2017, terão como parâmetro, para a fixação das despesas a serem financiadas com recursos ordinários do Tesouro Estadual, a despesa liquidada acumulada do período de junho/2015 a maio/2016, tendo como referência o conjunto das dotações de pessoal e encargos sociais e de outras despesas relacionadas às atividades de manutenção e ações finalísticas, excluídas aquelas destinadas a sentenças judiciais, indenizações, restituições, inclusive trabalhistas", sendo os valores atualizado pela inflação média apurada do mesmo período, medida pelo IPCA/IBGE para o conjunto das dotações de pessoal e encargos sociais, e pelo IGP-DI/FGV para as outras despesas.

Já no que respeita à repartição dos limites globais de pessoal de que trata o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), preservado o teto do Poder, caberá aos órgãos do Poder Legislativo para o exercício de 2017 os seguintes percentuais: Assembleia Legislativa - 1,87% da Receita Corrente Líquida; Tribunal de Contas do Estado - 0,90%; Tribunal de Contas dos Municípios - 0,63% (cf. art. 100 do projeto LDO).

Situação preocupante é, sem dúvida, a evidenciada pelo quadro de Despesa realizada com Pessoal em 2015, reproduzido a seguir:

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida
Exercício de 2015

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo(1)	47,61	46,17	48,60
Legislativo	2,80	3,23	3,40
Judiciário	5,54	5,70	6,00
Ministério Público	1,50	1,90	2,00
Total	57,45	57,00	60,00

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

(1) Inclui o Poder Executivo e a Defensoria Pública. Considerando

apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 47,12% da RCL.

Verifica-se, da análise do quadro, que o Estado da Bahia ultrapassou ligeiramente o limite prudencial, especialmente nas despesas realizadas com pessoal do Poder Executivo, o único a ultrapassar o referido limite, ficando o Judiciário bastante próximo de atingi-lo.

Cabe aqui, por fim, destacar, a respeito das EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS de que trata o art. 160 da Constituição Estadual, o disposto nos arts. 48 e 49 do Projeto LDO, a seguir reproduzidos na íntegra, para observação pelos Srs. parlamentares:

"Art. 48 - As emendas individuais propostas pelos deputados de que trata o art. 160 da Constituição Estadual, destinarão, na Lei Orçamentária de 2017, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu limite para a área de saúde; 25% (vinte e cinco por cento) para a área de educação; e, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) para execução em qualquer área.

Art. 49 - Os recursos destinados às emendas de que trata esta Seção permanecerão alocados em ação específica de provisão até que o parlamentar autor da emenda, por sua iniciativa, informe à Secretaria de Planejamento o detalhamento individualizado das ações orçamentárias, de forma a permitir sua inclusão na programação dos respectivos órgãos ou entidades, obedecendo aos limites definidos no caput do artigo anterior."

Estas são as considerações principais acerca do projeto da LDO, que recebeu, de parte dos Senhores Parlamentares, um total de 15 emendas, as quais passo a analisar.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Soldado Prisco, propõe modificação no art. 48 do projeto, fixando, para as emendas parlamentares individuais, a aplicação de, no mínimo, 10% do seu limite para a área da segurança pública. Opino pela rejeição, considerando que a construção do presente projeto de lei se orientou nas normas da Carta Magna, fundamento maior do ordenamento brasileiro, que recomendou a vinculação de receitas às áreas de saúde e educação.

A Emenda nº 2, da Deputada Fabíola Mansur, propõe modificação no ANEXO I, para incluir, no Programa Educar para Transformar, a Prioridade "Fortalecimento da integração família escola, em seus diversos arranjos familiares, sejam eles heteroafetivos, monoparentais, anaparental, homoafetivos, entre outros legitimamente estabelecidos, na Educação Básica." Opino também pela rejeição, uma vez que a formulação original sintetiza todos as formas e tipos de arranjos familiares. É importante ressaltar que o PPA Participativo 2016-2019 é caracterizado pela transversalidade de políticas públicas, onde se amplificam as temáticas da diversidade de gênero, raça, cidadania e direitos.

A Emenda nº 3, também da Deputada Fabíola Mansur, propõe a inclusão, no Programa Pacto Pela Vida, da Prioridade "Ampliar o número de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher em Salvador." Opino mais uma vez pela rejeição, considerando que as prioridades apresentadas no Anexo I da proposição são compatíveis com a capacidade de investimento do governo do Estado e contemplam, ainda, ações resultantes de consulta feita à sociedade civil durante a realização das plenárias do PPA Participativo 2016-2019 em todos os Territórios de Identidade.

A Emenda nº 4, ainda da Deputada Fabíola Mansur, propõe o acréscimo, no Programa Mulher Cidadã, da Prioridade "Criar Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher." Opino pela rejeição, também porque as prioridades apresentadas no Anexo I do projeto são compatíveis com a capacidade de investimento do governo do Estado e contemplam ações resultantes de consulta feita à sociedade civil durante a realização das plenárias do PPA Participativo 2016-2019 em todos os Territórios de Identidade.

A Emenda nº 5, da Deputada Fabíola Mansur, propõe a inclusão,



no Programa Desenvolvimento Rural Sustentável, da Prioridade "Fortalecimento da agricultura familiar através de Projetos de Incentivos diretos a sociedades associativistas, voltadas ao fomento da agroindústria familiar, com dispensa de editais para aprovação de projetos." Opino pela rejeição, ante as mesmas razões da rejeição das duas emendas anteriores.

A Emenda nº 6, da Deputada Fabíola Mansur, propõe a inclusão, no Programa Saúde Mais Perto de Você, da Prioridade "Treinamento/capacitação de professores para detecções de problemas oftalmológicos, quando do ingresso das crianças em creches e escolas, bem como realização do primeiro exame de vista oftalmológico completo em toda criança que ingressar em creches e escolas, em observância a Lei nº 13.546 de 15 de fevereiro de 2016." Rejeito também esta emenda, sob a mesma argumentação que fundamentou a rejeição das emendas anteriores.

A Emenda nº 7, da Deputada Fabíola Mansur, propõe o acréscimo, no Programa Saúde Mais Perto de Você, da Prioridade "Promoção de iniciativas para ampliação do acesso aos serviços de saúde destinados às pessoas com deficiência no Estado da Bahia." Rejeito também esta emenda, ante as mesmas razões apontadas na rejeição das emendas anteriores.

A Emenda nº 8, de autoria do Deputado Hildécio Meireles, propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 88, estabelecendo a obrigatoriedade de publicação na internet, pela Secretaria da Administração do Estado, dos contratos sob Regime Especial de Direito Administrativo iniciados no período, especificando o seu termo final e manter atualizada a relação, de forma acessível ao cidadão. Opino pela rejeição, considerando que o Poder Executivo Estadual já publica a lista completa dos aprovados nas seleções para REDA em Diário Oficial e nos sites oficiais, o que atende ao princípio da publicidade contido no art. 37 da Constituição Federal.

Além disso, todo cidadão tem acesso às informações dos contratos vigentes, com detalhamento de marco inicial e final, valores pagos aos servidores REDA e o quantitativo destes nos quadros do Poder Executivo Estadual, através da Lei nº 12.618, de 28 de dezembro de 2012, que regula o acesso a informações no âmbito do Estado da Bahia.

A Emenda nº 9, também do Deputado Hildécio Meireles, propõe a inclusão, no Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento, da Prioridade Implantação de Contornos Viários do Sistema Viário Oeste - SVO. Opino pela rejeição, uma vez que, repetindo as razões já acima apresentadas, as prioridades apresentadas no Anexo I da proposição são as compatíveis com a capacidade de investimento do governo do Estado e contemplam, ainda, ações resultantes de consulta feita à sociedade civil durante a realização das plenárias do PPA Participativo 2016-2019 em todos os Territórios de Identidade.

A Emenda nº 10, ainda do Deputado Hildécio Meireles, propõe a inclusão, no Programa Saúde Mais Perto de Você, da Prioridade Implantação do Centro Estadual de Referência em Atenção às Pessoas com Doença Falciforme. Opino pela rejeição, ante as mesmas razões da rejeição da emenda anterior.

A Emenda nº 11, do Deputado Hildécio Meireles, propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 54 do projeto, com o objetivo de estabelecer regramento diferenciado à utilização das emendas parlamentares para entidades privadas na área de saúde. De acordo com o Autor, os repasses realizados dos entes federados não se fazem suficientes para o custeio do SUS, menos ainda para a ampliação da oferta de serviços e renovação da estrutura física e modernização dos equipamentos. Em decorrência, as emendas parlamentares individuais minimizariam as dificuldades enfrentadas pelas entidades privadas, sem fins lucrativos, que prestam serviços contínuos e regulares à população. Opino pela rejeição, considerando que as transferências para entidades privadas sem fins lucrativos, qualquer que seja a área de atuação, estará submetida, no que couber, aos regramentos da Seção II do Capítulo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto, a propositura já está contemplada neste projeto.

A Emenda nº 12, da Bancada da Oposição, propõe o acréscimo de um artigo ao projeto, estabelecendo que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público realizem audiências públicas e adotem estratégias de participação popular nas etapas de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária. Opino pela rejeição, que o proposto nesta emenda já está contemplado no inciso II do art. 5º

deste projeto, ao dispor que a elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2017 e a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas.

A Emenda nº 13, da Bancada da Oposição, propõe o acréscimo de um artigo ao projeto, autorizando o Poder Executivo a aplicar um percentual mínimo de 7% da Receita Corrente Líquida nas Despesas com Manutenção e Desenvolvimento das Universidades Estaduais do Estado. Opino pela rejeição. Ocorre que a Receita Corrente Líquida consiste em um agregado de receitas não só ordinárias, mas também vinculadas. Assim, a destinação proposta por esta emenda acarreta uma dupla vinculação sobre as parcelas já afetadas pela vinculação constitucional ou legal, contrariando o inciso X do art. 161 da Constituição Estadual, o qual dispõe que é vedada a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, ressalvado o disposto na Constituição Federal.

Acrescente-se, ainda, que o presente projeto de lei prevê a observância do dispositivo constitucional que estabelece a alocação de recursos à educação, onde não é prevista subvinculações desses recursos, além de que a modificação apresentada engessa uma parcela dos recursos destinada a atender as despesas de Educação que constituem obrigação constitucional.

A Emenda nº 14, também da Bancada da Oposição, propõe o acréscimo de um artigo ao projeto, determinando a aplicação de um percentual mínimo de 1% da Receita Corrente Líquida no grupo de investimentos das Funções Segurança, Saúde e Educação. Opino também pela rejeição, considerando que para a elaboração dos instrumentos legais de planejamento do Estado da Bahia - PPA, LDO e LOA - é adotado o conceito de Investimento Programático, que amplia o escopo de interpretação da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, e não reconhece apenas como Investimento as despesas de capital classificadas no Grupo de Natureza da Despesa "4.4 - Investimentos".

No conceito programático, os Investimentos correspondem também aos Projetos e Atividades Finalísticas vinculados aos Programas Finalísticos do Governo integrantes do PPA, dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Portanto, este conceito pode referir-se tanto a despesas de capital - investimento direto, como as despesas correntes - investimento indireto, uma vez que a ênfase é dada aos fins pretendidos pela ação governamental e não aos meios para alcançá-la (grupos ou elementos de despesa).

Emenda nº 15, da Bancada da Oposição, propõe o acréscimo dos §§ 2º e 3º ao artigo 15 do projeto, estabelecendo que as empresas em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Estadual através de participação acionária ou como pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços, fiquem obrigadas a divulgar trimestralmente pela internet, no prazo de 30 dias após o encerramento do respectivo trimestre, as informações relativas à execução das despesas do orçamento de investimento, discriminando os valores autorizados e os executados, por fonte de recursos e por ações. Opino pela rejeição, que o teor desta emenda já se encontra inserido nos dispositivos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, como também das Leis de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e da Lei nº 12.618, de 28 de dezembro de 2012. Esta última, mais especificamente no seu art. 30, trata do dever dos órgãos e entidades estaduais de promoverem a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral em seus sítios na internet.

Por fim, objetivando estabelecer correções na proposição, apresento as seguintes emendas de Relator:

Emenda de Relator nº 1

Substitua-se, no caput do art. 24 do Projeto de Lei nº 21.873/2016, a expressão "recursos ordinários do Tesouro Estadual" por "recursos do Tesouro Estadual".

Justificativa: a correção se faz necessária porquanto os recursos ordinários ficam restritos a uma fonte (fonte 100), enquanto se pretende que a ordem de prioridade alcance todos os recursos do Tesouro.

Emenda de Relator nº 2:

Substitua-se, no art. 84 do Projeto de Lei nº 21.873/2016, a expressão "de trata o caput" por "de que trata o art. 83".

Justificativa: trata-se aqui de uma correção, já que o os "limites" a que se refere o art. 84 são os "limites da Lei de Responsabilidade Fiscal" referidos no art. 83.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pelas emendas de Relator.

É o voto.

Sala das Comissões, 08 de junho de 2016.

VOTOS DOS SRS.(AS) DEPUTADOS(AS) AO PARECER:

PRESIDENTE: Joseildo Ramos.

A FAVOR: Zé Raimundo (relator), Paulo Rangel, Alex Lima, Bobô, Marcelino Galo, Fátima Nunes, Bira Corôa e Robério Oliveira.

CONTRA: Sandro Régis, Sildevan Nóbrega e Hildécio Meireles.

SAF - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

FORNECIMENTO/AQUISIÇÃO

EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº 029/2013
CONTRATADA - DISTRIBUIDORA DINÂMICA LTDA.
VALOR - VISANDO O REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, ADITAR O CONTRATO ORIGINAL, COM BASE NO ÍNDICE SOLICITADO PELA EMPRESA EM APROXIMADAMENTE 8,35% (OITO VIRGULA TRINTA E CINCO POR CENTO), PASSANDO VALOR ESTIMATIVO MENSAL PARA R\$ 6.625,00 (SEIS MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS), COM EFEITOS RETROATIVOS A 27 DE ABRIL DE 2016, CONFORME PROCESSO Nº 3048/2016.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATO Nº 008/2015
CONTRATADA - VIANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - EPP.
VIGÊNCIA - 12 (DOZE) MESES - 01/06/2016 À 31/05/2017, CONFORME PROCESSO Nº 1241/2016.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 009/2016
CONTRATANTE - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA
C.N.P.J. - 14.674.337/0001-99
CONTRATADA - BAHIA MÍDIAS E IMAGENS LTDA - ME
C.N.P.J. - 08.452.965/0001-27
ENDEREÇO - RUA SILVEIRA MARTINS, 352, SHOPPING PLAZA CABULA - CEP: 41.150-000 - SALVADOR/BA.
OBJETO - LOCAÇÃO DE PROJETOR MULTIMÍDIA.
VALOR - R\$ 25.800,00 (VINTE E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS)
VALOR ESTIMADO ANUAL.
PROCESSO - Nº 1244/2016.
LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 015/2016
VIGÊNCIA - 12 (DOZE) MESES DA DATA DE ASSINATURA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ATIVIDADE - 2.000

ELEMENTO - 3390.39
DEPCC

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH

Resumo dos Atos Administrativos publicados no Diário Oficial
Data: 09/06/16 - quinta- feira

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições;

R E S O L V E:

ATOS:

Nº. 48.645/2016 - Designar JAQUELINE DO ROSARIO CONCEIÇÃO, cadastro nº. 923.124, para a função gratificada de Assistente Administrativo, Símbolo FG03, lotada na Secretaria Geral da Mesa, a partir de 01/06/2016.

Nº. 48.672/2016 - Exonerar os servidores da função comissionada de Secretário Parlamentar na (Gab. Dep. Herzem Gusmão) nos níveis abaixo relacionados, a partir de 01/06/2016:

DIEGO GOMES ROCHA	SP-19
EDSON TEIXEIRA DOS SANTOS	SP-14
GILDASIO DANTAS DO ROSARIO JUNIOR	SP-16
LIOMAX DIAS BRANDÃO	SP-08
RENATA DA SILVEIRA CARVALHO CORREIA	SP-17
ROZALVO DE ALMEIDA MATTOS FILHO	SP-19
TEMISTOCLES BALEEIRO DE SOUSA	SP-14
VANESSA PRATES BARRETTO	SP-22
VIVIANE SANTOS DE OLIVEIRA	SP-20

Nº. 48.673/2016 - Exonerar os servidores da função comissionada de Secretário Parlamentar na (Comissão Especial de Desenvolvimento Regional) nos níveis abaixo relacionados, a partir de 01/06/2016:

ALCIME RIBEIRO BARROS	SP-11
GILDASIO OLIVEIRA DE CARVALHO	SP-20
LUCIANO BATISTA PINA	SP-17

Nº. 48.674/2016 - Autorizar a mudança de nível e lotação dos Secretários Parlamentar (Gab. Dep. Herzem Gusmão), na forma abaixo relacionada, a partir de 01/06/2016:

NOME	DE	PARA	
	NÍVEL	LOTAÇÃO	NÍVEL
ANA TEREZA MENDES SOUZA	SP-18	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-18
ANDRE LUIZ DE SOUZA BASTOS	SP-06	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-07
BRUNO RIBEIRO CAMPOS DOS SANTOS	SP-17	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-17
ELAINE DOS SANTOS GARRIDO	SP-19	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-22
FELIPE LOBÃO FERRAZ RIBEIRO	SP-22	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-23
MARIA APARECIDA CARDOSO DA SILVA	SP-14	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-14
MARIA HELENA TORRES DE ALMEIDA BOMFIM	SP-06	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-07
MONICA ALMEIDA DA SILVA SOUZA	SP-08	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-08
RAFAELLA OLIVEIRA DA FONSECA	SP-13	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-13

Nº. 48.675/2016 - Autorizar a mudança de nível e lotação dos Secretários Parlamentar (Comissão Especial de Desenvolvimento Regional), na forma abaixo relacionada, a partir de 01/06/2016:



NOME	DE	PARA	
	NÍVEL	LOTAÇÃO	NÍVEL
LUNA BARBARA TAVARES RIBEIRO	SP-17	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-17
NERICA ZAIRA MELO PINA DOS SANTOS	SP-11	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-17
RODRIGO VIEIRA DA SILVA	SP-15	Gab. Dep. Bruno Reis	SP-19

Nº. 48.676/2016 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar na (Gab. Dep. Bruno Reis) nos níveis abaixo relacionados, a partir de 01/06/2016:

ALESSANDRA NASCIF OLIVEIRA MENDES	SP-18A
GUSTAVO VIEIRA ALVES	SP-25
HERMANO MELLO	SP-17
IZANA LEILA CARDOSO GRANJA ROSA	SP-17
JAUQUELINE PINHO SANTANA MARCELLI	SP-17
JOÃO PAULO DOS SANTOS OLIVEIRA	SP-15
KARYNE CARNEIRO SILVA MAIA	SP-08
VITOR VIANA PARANHOS DE AZEVEDO	SP-25

Nº. 48.677/2016 - Autorizar a mudança de nível e lotação dos Secretários Parlamentar (Gab. Dep. Herzem Gusmão), na forma abaixo relacionada, a partir de 01/06/2016:

NOME	DE	PARA	
	NÍVEL	LOTAÇÃO	NÍVEL
CELESTE BERTO CASTRO	SP-15	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-09
EUVALDO JORGE MIRANDA DE OLIVEIRA JUNIOR	SP-19	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-20
FRANCISCO FERREIRA DE MORAES FILHO	SP-19	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-19

Nº. 48.678/2016 - Autorizar a mudança de nível e lotação dos Secretários Parlamentar (Comissão Especial de Desenvolvimento Regional), na forma abaixo relacionada, a partir de 01/06/2016:

NOME	DE	PARA	
	NÍVEL	LOTAÇÃO	NÍVEL
CARLOS ANDRE DO NASCIMENTO	SP-20	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-21
JOSE JOSIAS CAMARDELLI SICUPIRA LIMA	SP-20	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-22
KEILA DA SILVA CERQUEIRA PENALVA	SP-21	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-22
RODRIGO CAVALCANTI OLIVEIRA	SP-21	Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis	SP-21

Nº. 48.679/2016 - Nomear EMERSON RICARDO DE BRITO DA SILVA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Vice-Liderança da Minoria - Dep. Bruno Reis) Nível SP-09, a partir de 01/06/2016.

Nº. 48.680/2016 - Nomear RAMON WILLIAM MENDES BRANDÃO, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Tom Araújo) Nível SP-19, a partir de 08/06/2016.

Nº. 48.682/2016 - Exonerar MAURILIO LIMA SILVA, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Zó) Nível SP-10, a partir de 08/06/2016.

Nº. 48.683/2016 - Nomear TAISE GONÇALVES MARTINS ROSA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Zó) Nível SP-10, a partir de 08/06/2016.

Nº. 48.684/2016 - Autorizar a mudança de lotação dos Secretários Parlamentar (Vice-Liderança da Minoria - Dep. Luciano Simões Filho), na forma abaixo relacionada, a partir de 01/06/2016:

NOME	DE	PARA	
	NÍVEL	LOTAÇÃO	NÍVEL
FERNANDO GOMES DA SILVA	SP-25	Comissão Especial de Desenvolvimento Regional	SP-25
LEONARDO OLIVEIRA CAMPOS	SP-25	Comissão Especial de Desenvolvimento Regional	SP-25
PATRICIA DE JESUS GOMES	SP-23	Comissão Especial de Desenvolvimento Regional	SP-23
VICTOR THIAGO SOUZA DOURADO	SP-12	Comissão Especial de Desenvolvimento Regional	SP-12

Nº. 48.685/2016 - Exonerar ROSA VIRGINIA SILVA DE JESUS, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Comissão Especial de Desenvolvimento Regional) Nível SP-18A, a partir de 01/06/2016.

Nº. 48.686/2016 - Autorizar a mudança de nível e lotação do Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Luciano Simões Filho), na forma abaixo relacionada, a partir de 01/06/2016;

NOME	DE	PARA	
	NÍVEL	LOTAÇÃO	NÍVEL
JOSE FILHO MACEDO	SP-25	Comissão Especial de Desenvolvimento Regional	SP-18A

Nº. 48.688/2016 - Nomear ADRIANA TRINDADE PERUNA, para a função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Luiza Maia) Nível SP-14, a partir de 08/06/2016.

Nº. 48.689/2016 - Exonerar ARNALDO CORREA DE MELO FILHO, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Ângela Sousa) Nível SP-17, a partir de 08/06/2016.

Nº. 48.690/2016 - Autorizar a mudança de nível dos Secretários Parlamentar (Gab. Dep. Ângela Sousa), na forma abaixo relacionada, a partir de 08/06/2016:

NOME	DE	PARA
EDINACI CARDOSO PINTO	SP-19	SP-21
ROSEMEIRE DE JESUS ALMEIDA	SP-18	SP-18A

Nº. 48.692/2016 - Nomear os servidores para a função comissionada de Secretário Parlamentar na (Gab. Dep. Bruno Reis) nos níveis abaixo relacionados, a partir de 01/06/2016:

ELIANA PIRES FERREIRA DE MIRANDA	SP-18
ELIENE DOS SANTOS SILVA	SP-18
LIDINEIA SANTANA BARBOSA	SP-11
MONICA DE LIRA CARDOSO	SP-15
RODRIGO SILVA SANTANA JUNIOR	SP-17

PORTARIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Nº. 10.196/2016 - Concede aos servidores abaixo relacionados, Incentivo Funcional de 05% (cinco por cento), por haver concluído o Curso de Especialização com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução nº. 1695, de 04 de março de 2016:

Cad.	Servidor	Curso	Vigência
904.848	RITA DE CASSIA ANDRADE GALVAO	Metodologia do Ensino Superior	01/03/2016
904787	TATAITA REBOUÇAS OLIVEIRA	Comunicação Política	01/06/2016

Nº. 10.197/2016 - Concede, a partir de 01/06/2016, à servidora DEBORA BENVENUTTI, Técnico de Nível Médio, Grupo ANM, Classe I, Nível 01, cadastro n.º 923.153, Incentivo Funcional de 05% (cinco por cento), por haver concluído o Curso de Graduação Plena em Ciências Sociais, de acordo com o art. 4º, inciso I da Resolução nº. 1695, de 04 de março de 2016.

RETIFICAÇÃO

Ato nº. 48.603/2016, publicado no Diário Oficial de 02/06/2016:

Onde se lê: HELIORAIDES SILVA DE OLIVEIRA;

Leia-se : HELIORADES SILVA DE OLIVEIRA MOREIRA.

A T O nº 48.693/2016

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA

BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante no processo nº. 4373/2016;

RESOLVE

Exonerar, a pedido, o servidor DANIEL REGIS E SILVA, cadastro nº. 922.522, do cargo de provimento permanente de Auditor, Grupo ANS, Classe I, Nível 01, a partir de 08/06/2016.

GABINETE DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em 08 de junho de 2016.

Deputado MARCELO NILO
Presidente

ADICIONAIS DE TEMPO DE SERVIÇO

Publicação do ATS - Adicional de Tempo de Serviço, Art. 41, inciso XXVI da Constituição Estadual, do Quadro de Funcionários de provimento temporário deste Poder.

Cad.	Nome	Data de Reconhecimento	Adicional Tempo Serviço	
			Anuênio	Total
05-917.968	ALINE DE JESUS SANTOS MACIEL	08/06/2011	08/06/2016	5%
03-918.892	ALISSON SILVA SANTANA	06/06/2011	06/06/2016	5%
05-908.826	ANANIAS DAEBS DE SOUZA	29/06/2003	29/06/2016	13%
03-915.614	ANDREA MASCARENHAS PEDREIRA	01/06/2010	01/06/2016	6%
05-922.797	ANGELA DIAS SANTOS SILVA	01/06/2008	01/06/2016	8%
08-908.094	ANTONIO LUIS RODRIGUES DA COSTA	10/06/1996	10/06/2016	20%
03-911.864	ANTONIO TEÓFILO DE ALMEIDA	01/06/2007	01/06/2016	9%
07-920.956	CELIA MARIA AQUINO DE MOURA	14/06/2002	14/06/2016	14%
08-922.035	CLOVIS FERRAZ MEIRA	25/06/2009	25/06/2016	7%
05-921.294	DANILO MATOS CAVALCANTE DE SOUZA	20/06/2009	20/06/2016	7%
07-919.355	DECIO LUIZ BRITO SOUZA	01/06/1999	01/06/2016	17%
03-916.209	EDYVALDO SOUZA F. DE CARVALHO FILHO	01/06/2006	01/06/2016	10%
08-900.361	ELBA CARDOSO DA SILVA	03/06/1991	03/06/2016	25%
03-917.277	ELIENE SILVA ALVES	02/06/2011	02/06/2016	5%
03-911.951	FABIO FELIX DO NASCIMENTO CARVALHO	01/06/2002	01/06/2016	14%
03-913.085	IGOR SOUZA LOPES	01/06/2008	01/06/2016	8%
03-915.752	ITAMARA FERNANDES SANTOS DE SOUZA	02/06/2007	02/06/2016	9%
07-919.194	IURI ROBERTO COSTA E COSTA	05/06/2002	05/06/2016	14%
05-911.927	JOSE AGUIAR DO NASCIMENTO	11/06/1993	11/06/2016	23%
05-919.807	JOSE EDUARDO QUEIROZ SILVA	20/06/2000	20/06/2016	16%
03-923.099	JUSSARA FURTADO MIGUEL	01/06/2011	01/06/2016	5%
05-913.042	LILAN REGIS	01/06/2008	01/06/2016	8%
08-900.671	LUCIANA MARIA LEMOS PINHEIRO	13/06/1993	13/06/2016	23%
03-916.050	LUIS FABIO DE JESUS DOS SANTOS	04/06/2010	04/06/2016	6%
05-922.930	LUIZA RAMOS DE ARAUJO	28/06/2007	28/06/2016	9%
05-921.119	MARCELLO DA SILVA CAZUQUEL	20/06/2007	20/06/2016	9%
08-911.787	MARCIO GORDILHO DUARTE GUIMARÃES	01/06/2007	01/06/2016	9%
03-917.267	MARIA APARECIDA BULCÃO TEIXEIRA	28/06/2006	28/06/2016	10%
05-919.072	MARIA JOSE CARVALHO MATOS	02/06/2006	02/06/2016	10%
03-912.008	MARIA MERCIA FERREIRA DA SILVA	22/06/2004	22/06/2016	12%
03-911.825	MARLEIDE REZENDE DE OLIVEIRA	01/06/2007	01/06/2016	9%
03-921.361	MARYLUCE MELO NASCIMENTO	23/06/2009	23/06/2016	7%
03-922.069	MOACIR BORGES DE OLIVEIRA	20/06/2007	20/06/2016	9%
03-911.865	NEUSA FRAGA EVANGELISTA	01/06/2007	01/06/2016	9%
08-921.247	PATRICIA NORA DE ANDRADE	18/06/1999	18/06/2016	17%
07-921.532	PAULO ROBERTO MARTINS DA SILVA	22/06/2000	22/06/2016	16%
08-913.527	PEDRO ROBERTO TRINDADE	01/06/2008	01/06/2016	8%
05-915.611	PRISCILLA SAMPAIO EVANGELISTA SANTOS	01/06/2010	01/06/2016	6%
05-917.318	RAMON LUEDY	08/06/2011	08/06/2016	5%
03-913.081	REJANE CARLA SOLON FREITAS ROCHA	01/06/2008	01/06/2016	8%
07-920.962	ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA	02/06/2010	02/06/2016	6%
05-921.415	SAMUEL SANTANA COUTO JUNIOR	01/06/2009	01/06/2016	7%
05-915.578	SILVANILDA ANDRADE SANTANA	01/06/2010	01/06/2016	6%
03-917.315	SOLANGE MARIA SANTANA MOTA	03/06/2011	03/06/2016	5%
05-917.305	TARCISIO BRANCO AMORIM DE ALMEIDA	07/06/2011	07/06/2016	5%
05-922.349	VANESSA DE SOUZA CHECCUCCI	02/06/2010	02/06/2016	6%
07-920.960	VANESSA RAMOS COELHO MARTINS	02/06/2010	02/06/2016	6%
03-921.441	WALDEMAR ALMEIDA DE OLIVEIRA	01/06/2002	01/06/2016	14%

Publicação do ATS - Adicional de Tempo de Serviço, Art. 41, inciso XXVI da Constituição Estadual, do Quadro de Funcionários de provimento temporário deste Poder.

Cad.	Nome	Data de Reconhecimento	Adicional Tempo Serviço	
			Anuênio	Total
05-916.984	EVERTON BEHRMANN ARAUJO	07/04/2011	07/04/2016	5%
07-923.190	NORMILDA SANTOS VILAS BOAS	01/05/2016	01/05/2016	7%
		01/06/2016	01/06/2016	8%

Publicação do ATS - Adicional de Tempo de Serviço, Art. 41, inciso XXVI da Constituição Estadual, do Quadro de Funcionários de provimento temporário deste Poder.

Cad.	Nome	Data de Reconhecimento	Adicional Tempo Serviço	
			Anuênio	Total
08-923.232	EDUARDO ALMEIDA CAMPOS	03/05/2016	03/05/2016	7%
07-922.182	ELAINE MOURA LIMA	01/05/2016	01/05/2016	5%
03-923.239	ILDECI ROSA DE JESUS	01/05/2016	01/05/2016	5%
07-923.114	KLEBER ANDRADE PALMARELLA	01/05/2016	01/05/2016	11%
05-923.287	TEREZINHA SILVA MUNIZ	05/05/2016	05/05/2016	5%
07-923.185	YASKARA REGINA DE SOUZA A VIANA	01/05/2016	01/05/2016	13%

Certificação
Digital

Garante a autenticidade
e não-repúdio nas
transações eletrônicas.

Contato:
71 3116-2137

egba

IMPrensa OFICIAL

www.egba.ba.gov.br